

O perigo de se fazer contrato de risco

Só não haveria risco para as grandes empresas

Ao presidir a posse do novo delegado do IBDF no Pará e Amapá, dez dias atrás, em Belém, o presidente do Instituto, Carlos Galuff, fez questão de ressaltar que o empossado pertencia à "brilhante equipe da dra. Clara Pandolfo", elogiando-a fartamente. Só as pessoas do setor puderam avaliar a importância das palavras de Galuff: IBDF e Sudam têm mantido entre si uma interminável rivalidade, a ponto de jamais atuarem juntos, sequer entrosados. Além do paralelismo, seus dirigentes jamais pouparam a troca de críticas ferozes, estimuladas por tantas falhas facilmente visíveis nos dois órgãos.

As divergências se acentuaram ainda mais quando o chefe do Departamento de Recursos Naturais da Sudam passou a defender com ardor a criação de uma empresa de economia mista, vinculada à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, para administrar doze florestas públicas a serem espalhadas inicialmente por 39 milhões de hectares, no futuro ampliáveis para 50 milhões (ou 20% de toda a Amazônia legal), onde o governo executaria seu mais ambicioso projeto visando a utilização econômica do fantástico potencial madeireiro da região (estimado geralmente em 45 bilhões de metros cúbicos).

Donos da floresta. O IBDF viu nesse projeto um golpe fatal em seus domínios e competência na Amazônia e reagiu ao que classificou de intromissão indevida em seara alheia. Quando, em 1974, foi apresentado o projeto da Codam (Companhia de Desenvolvimento da Amazônia), a empresa da Sudam que administraria as doze florestas regionais de rendimento, o IBDF acionou imediatamente o ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, que interferiu junto ao ministro do Interior, Rangel Reis, e outras autoridades do Planalto para que o projeto fosse arquivado, como acabou sendo. A inimizade entre o IBDF e a Sudam cresceu mais ainda.

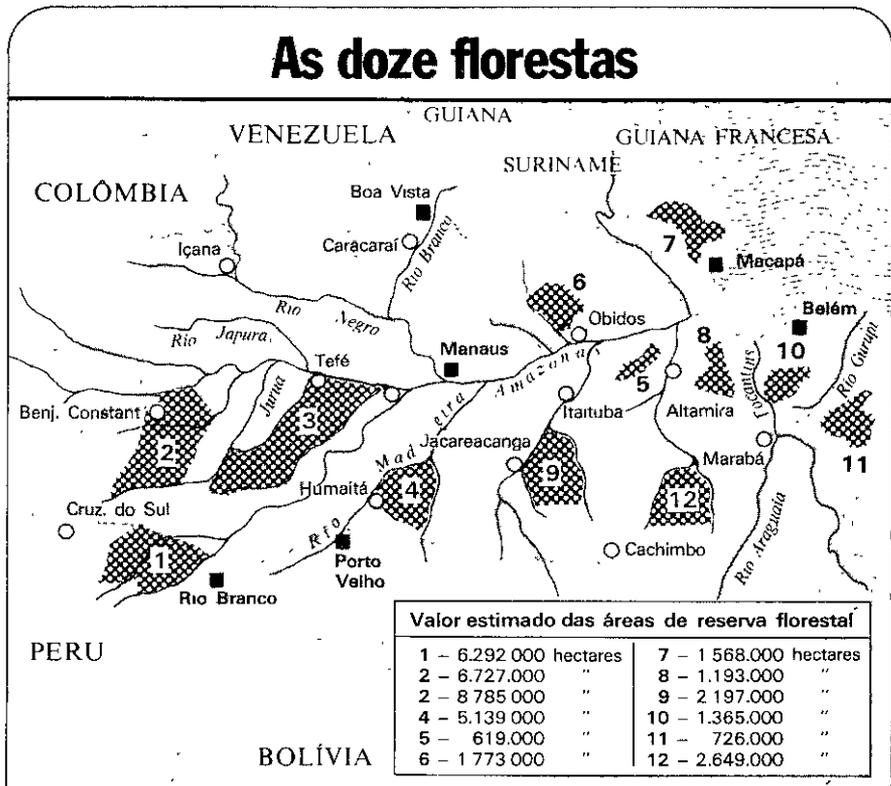
Subitamente, no entanto, Galuff indicou um técnico de confiança de Clara Pandolfo para dirigir a mais importante delegacia do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal da Amazônia. Foi a Belém para o ato e distribuiu de público generosos elogios à equipe de Clara Pandolfo. Mais do que isso, o presidente do INCRA — como o IBDF, vinculado ao Ministério da Agricultura — secundou o ministro do Interior, Mário Andreazza, na louvação à idéia de se criar uma companhia de economia mista encarregada de "atuar racionalmente na extração e comércio de madeiras e em programas sistemáticos de reflorestamento na área amazônica", como definia o projeto original da Sudam.

Do seu estreito ponto de vista, o autárquico, o IBDF tinha razão ao temer a criação dessa empresa, que passará inevitavelmente a ser "dona" da floresta, embora com domínio direto sobre apenas 20%. Entre outras coisas, ela teria que ampliar ou talvez mesmo introduzir a exploração mecanizada da flo-

resta, extrair e transportar toras para as áreas de comercialização, tratar de aproveitar a madeira derubada na construção de estradas e até mesmo fazer exportação.

O contrato oculto. Para os grandes grupos econômicos interessados em entrar na Amazônia e explorar sua floresta com métodos mais produtivos, a criação da Codam traria vantagens ainda maiores: a empresa poderá promover a reposição sistemática da floresta de terceiros, realizar para eles serviços de condução e manejo, abates, remoção, transporte e, por fim, arrendar-lhes áreas no interior das florestas públicas para que aí possam desenvolver seus projetos madeireiros. Nesses 50 milhões de hectares o poder público aplicaria maciçamente em pesquisas (investimento sem retorno e, por isso, pouco atraente para as empresas particulares) e se capacitaria a poder agir suplementarmente em relação à iniciativa privada. No interior dessas doze florestas, as técnicas de exploração seriam mais racionais, os rendimentos muito maiores e a lucratividade também, que teriam a seu lado uma pesada estrutura montada pelo poder público.

Assim, no momento em que o ministro Andreazza anunciava a intenção do governo Figueiredo de aprofundar as mudanças que já vêm se processando no "modelo" de ocupação da Amazônia, substituindo a preocupação com uma ocupação maciça por uma orientação à seletivi-





Mata sem caminhos, um dos problemas

dade e, por isso, dando prioridade à atividade madeireira, a idéia da criação da Codam teria que ressuscitar, e o IBDF e a Sudam seriam obrigados a dar-se as mãos, ainda que provisoriamente. Esses três agentes — ocupação seletiva, exploração florestal e Codam — juntam-se a um sujeito oculto na oração, que o governo faz questão de não mais ver lembrado: os contratos de risco para a madeira. Desta figura repentinamente satanizada, todos os tecnocratas governamentais querem distância, mas o que se procura agora é um sucedâneo ao produto que se tornou inviável por força da interminável polêmica gerada por seu anúncio.

O cansaço. Já assentada a poeira, esses técnicos estão chegando à conclusão de que houve um erro no lançamento do fenomenal projeto que transformaria os 45 bilhões de metros cúbicos de madeira perdida no interior de florestas distantes e inexploradas em fonte de recursos econômicos para o país, provavelmente dólares faturados na exportação. O erro foi a expressão “contratos de risco”, largada em abril do ano passado por um engenheiro-florestal alemão, F. Schmithusen, que visitou a Amazônia a pedido do IBDF. O relatório, de duas dezenas de páginas, apenas condensa todo um trabalho que vem sendo realizado há nove anos para introduzir na Amazônia técnicas de exploração já adotadas em outras florestas seme-

lhantes, na África Ocidental e no Sudeste asiático, por exemplo, e que permitiria a grandes empresas, invariavelmente estrangeiras, enfrentar o desafio da heterogeneidade das florestas tropicais (até trezentas espécies por hectare), tendo ainda uma grande produtividade. Presume-se que, no momento em que as áreas tradicionais de suprimento de madeira tropical estão apresentando dificuldades de acesso ou trabalho (por causa de problemas políticos ou simplesmente porque as florestas entram num processo de esgotamento), a Amazônia volte à mira das multinacionais madeireiras.

Entre as décadas de 50 e 70 várias delas vieram para a Amazônia, mas desenvolveram uma atividade meramente extrativa, sem inovação tecnológica e com baixa capacidade de produção. Restringiram-se às margens dos rios, concentraram-se na foz do Amazonas, satisfizeram-se com cinco ou seis espécies, mantiveram o sistema tradicional de abastecimento, dependente do caboclo que retira a madeira da beira do rio, e só tiveram lucros (muito grandes) pela absoluta ausência de fiscalização governamental. Mas têm pouco tempo de vida pela frente, porque é cada vez mais difícil o suprimento de madeira e os custos tornaram-se muito altos. Só assim é possível compreender por que a empresa do grupo japonês Toyomanka faliu no Pará ou a holandesa Bruynzeel desfez sua sociedade com a Icomi na Brumasa, fábrica de compensados que as duas instalaram no Amapá.

Caro demais. Para que seja possível enfrentar a única alternativa à mão, que é a penetração na floresta de terra-firme, as empresas precisam garantir um equilíbrio entre as quantidades de madeira extraídas e suas necessidades industriais, para que não permaneçam ociosas ou pouco produtivas durante parte do ano por falta de suprimento. Para isso, precisam desenvolver uma exploração sustentada da floresta, regenerando-a e recompondo-a para dispor sempre de matéria-prima. O pouco conhecimento da floresta amazônica, no entanto, tem sido um obstáculo à adoção desses métodos.

O milionário norte-americano Daniel Keith Ludwig, quando decidiu implantar um projeto florestal na Amazônia, seguiu o raciocínio mais simples: mandou derrubar a floresta nativa, que é tão heterogênea, e, em seu lugar, plantou duas espécies exóticas — o pinho do Caribe e a gmelina arbórea — de comprovada capacidade comercial. Mas apenas para realizar essa tarefa de derrubar e plantar

em 100 mil hectares não deve ter gasto menos de 130 milhões de dólares.

Se esse projeto vai dar certo, ninguém pode garantir sobre ele para sempre a ameaça de irromper uma doença, como ocorreu na plantação de seringueira formada por Henry Ford no vale do Tapajós, entre as décadas de 20 e 30, além de alterações ecológicas imprevisíveis, face à originalidade do empreendimento. Mas seguramente ele não é modelo: raríssimas empresas multinacionais são administradas por um só dono e só essa singularidade pode explicar os altos custos aceitos pela Jari para executar seu projeto, sem pensar em financiá-lo com os lucros obtidos pela madeira que foi derrubada, de resto insuficientes. Se o governo ou qualquer empresa quisesse repetir método semelhante em uma área que correspondesse a 1º da Amazônia, por exemplo, precisaria investir algo em torno de 20 bilhões de cruzeiros.

Sem risco. Por isso, o método que resta a ser empregado é o da “exploração florestal de rendimento sustentado”, capaz de possibilitar a obtenção de rendimentos crescentes, acompanhados do aumento real do valor da mata sob manejo. Toda árvore que é extraída ou morre começa a ser imediatamente regenerada pela natureza. A intervenção humana se faria apenas para melhorar as condições de regeneração ou, então, enriquecendo a mata com mudas que, em condições naturais, não brotariam na floresta.

O que o governo quer é desenvolver esses métodos nas doze florestas de rendimento, criando uma empresa pública para assumir a responsabilidade por todo o investimento em pesquisas e montagem de infra-estrutura, criando condições para que as empresas privadas diminuam sensivelmente seus custos e não tenham encargos técnicos. Nesse sentido, trata-se, literalmente, de contratos sem qualquer risco, agora chamados de arrendamento.

Tudo isso deve ser levado em consideração quando se cumprir o que foi anunciado na terça-feira, dia 10, pelo ministro Mário Andreazza: “A exploração dos recursos florestais da Amazônia não pode ser motivo de decisão de pessoas ou de grupos econômicos. Esta tem que ser uma decisão da nação inteira”. O ministro deixou claro que não há qualquer decisão tomada, pelo governo, e sequer pressa para fazê-lo, “antes que se esgotem todas as instâncias de debate, tanto no Congresso Nacional como de parte de empresas e pessoas interessadas particularmente no assunto”.